

Sumário

Capítulo 1 ▶ TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	25
1. O que são direitos humanos. Direitos humanos e direitos fundamentais.....	25
2. Centralidade dos direitos humanos. Por que direitos humanos são tão importantes?.....	27
3. Fundamentos dos direitos humanos.....	27
4. Institucionalização dos direitos humanos.....	28
5. Quais são os direitos humanos. Tipos de direitos.....	28
6. Direitos e garantias. Tipos de garantias	29
7. Características dos direitos humanos.....	31
7.1. Historicidade. A expansão dos direitos humanos. A proibição de retrocesso	31
7.2. Universalidade. A universalidade e o relativismo cultural. Multiculturalismo, interculturalismo e universalismo de chegada. A hermenêutica diatópica .	34
7.3. Relatividade. A relativização de direitos e os direitos absolutos.....	37
7.4. Irrenunciabilidade. A não faculdade de dispor sobre a proteção da dignidade humana	38
7.5. Inalienabilidade	39
7.6. Imprescritibilidade	40
7.7. Unidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos	40
8. Evolução histórica dos direitos humanos. As gerações (ou dimensões) de direitos humanos	41
8.1. As primeiras declarações de Direitos Humanos	41
8.1.1. As declarações inglesas	41
8.1.2. As declarações americanas	44
8.1.3. A declaração francesa	44
8.2. As gerações de direitos humanos	46
8.2.1. A 1ª geração de direitos humanos	46
8.2.2. A 2ª geração de direitos humanos	48
8.2.3. A 3ª geração de direitos humanos	50
8.2.4. Quadro comparativo entre as 3 grandes gerações de direitos humanos.....	51
8.2.5. Outras gerações de direitos humanos	52
8.2.6. Gerações ou dimensões de direitos humanos?	53
9. Eficácia vertical, horizontal, diagonal e vertical com repercussão lateral dos direitos humanos.....	54
10. Limitação de direitos humanos.....	58
10.1. Primeiras observações	58
10.2. Limitação pelo Legislativo, pelo Executivo e pelo Judiciário	59
10.3. Teoria dos limites da limitação	59

10.4. Proporcionalidade como limite à limitação de direitos	60
11. Globalização e direitos humanos	61
Capítulo 2 ▶ A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS.....	65
1. Inovações da CF 88	65
1.1. Dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado.....	65
1.2. Proteção da pessoa humana como objetivo fundamental do Estado	66
1.3. Prevalência dos direitos humanos como princípio regente das relações internacionais.....	68
1.4. Positivção dos direitos e garantias fundamentais logo no início do texto constitucional	69
1.5. Consagração da aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais	69
1.6. Abertura do catálogo de direitos e garantias fundamentais e reconhecimento dos tratados internacionais de direitos humanos.....	70
1.7. Afirmação dos direitos sociais como verdadeiros direitos fundamentais...	71
1.8. Qualificação dos direitos das pessoas como cláusula pétrea.....	71
1.9. Formação de um tribunal internacional dos direitos humanos	72
1.10. Quadro sinóptico das inovações da Constituição de 1988.....	73
1.11. Inovações da Emenda Constitucional 45/04.....	73
1.11.1. Alteração do status formal dos tratados de direitos humanos	73
1.11.2. Possibilidade de submissão ao Tribunal Penal Internacional.....	73
1.11.3. Federalização dos casos de graves violações de direitos humanos, ou incidente de deslocamento de competência para os órgãos federais	74
2. Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais	84
3. Petrificação dos direitos.....	85
4. A declaração de direitos	86
5. A titularidade dos direitos e garantias.....	88
6. A Constituição e os tratados internacionais sobre direitos humanos	89
6.1. A partir de que momento os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados à ordem jurídica interna do Brasil, podendo ser aplicados internamente?	90
6.1.1. Assinatura do Tratado e Aprovação legislativa. Unicidade e duplicidade de vontade.....	91
6.1.2. Ratificação e depósito do tratado	93
6.1.3. (Des) Necessidade de promulgação do tratado na ordem interna. Monismo x Dualismo	94
6.1.4. E o Brasil, como fica? Monismo ou dualismo?.....	95
6.1.5. A aplicação dos tratados de direitos humanos na ordem interna não dependeria da promulgação na ordem interna?	95
6.2. Os tratados são incorporados à ordem jurídica brasileira com que status normativo, com que natureza jurídica?.....	97
6.2.1. As diferentes teses, a Emenda Constitucional 45/04 e a posição do STF.....	98

6.2.2.	A natureza supralegal é somente para os tratados sobre direitos humanos aprovados após a EC 45/04 ou também para os aprovados antes dela?.....	100
6.2.3.	Com a Emenda 45/04 todos os tratados sobre direitos humanos passaram a ter status formalmente constitucional?.....	101
6.2.4.	A divergência doutrinária	105
6.2.5.	A prisão civil do depositário infiel	107
6.2.6.	Controle de convencionalidade. O duplo controle de validade.....	110
Capítulo 3	► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	115
1.	O que é o direito internacional dos direitos humanos	115
2.	Precedentes. O pós 1ª Guerra	116
2.1.	Direito Humanitário. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	116
2.1.1.	Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	116
2.1.2.	O Comitê Internacional da Cruz Vermelha.....	117
2.1.3.	As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha	119
2.1.4.	A Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	119
2.2.	Liga das Nações.....	120
2.3.	Organização Internacional do Trabalho	120
3.	O pós 2ª Guerra. O surgimento da onu e a criação do Tribunal de Nuremberg ...	121
3.1.	O contexto da 2ª Guerra.....	121
3.2.	O Tribunal de Nuremberg.....	122
3.2.1.	Tribunal de exceção e juízo natural	123
3.2.2.	Julgamento apenas dos alemães. E os crimes praticados por aliados?.....	123
3.2.3.	Legalidade e retroatividade penal.....	123
3.2.4.	Penas de prisão perpétua e de morte por enforcamento.....	124
3.2.5.	Justificativas para relativizar as garantias violadas.....	124
4.	Sistemas jurídicos internacionais protetivos de direitos humanos. Sistema global e sistemas regionais.....	125
4.1.	Considerações preliminares	125
4.2.	A Multiplicidade de sistemas e relacionamento entre os sistemas	126
4.3.	Conflito entre sistemas. Aplicação da norma mais benéfica à pessoa humana.....	128
4.3.1.	A audiência de custódia	129
5.	Mecanismos convencionais e não convencionais.....	130
6.	Convenções gerais e convenções especiais (sistema geral e sistema especial)	132
7.	Responsabilidade internacional dos estados em matéria de direitos humanos....	133
8.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais	134
8.1	Considerações iniciais	134
8.2.	Órgãos fiscalizatórios	135
8.2.1.	Órgãos executivos	135
8.2.2.	Órgãos jurisdicionais	136

8.2.3.	Regra do esgotamento dos recursos internos. Caráter subsidiário da atuação dos órgãos internacionais. Dever primário dos órgãos internos de atuar em matéria de direitos humanos	137
8.2.4.	Teoria da margem de apreciação nacional.....	139
8.3.	Mecanismos de fiscalização.....	141
8.3.1.	Relatórios	141
8.3.2.	Denúncias (ou comunicações) interestatais.....	142
8.3.3.	Denúncias (ou petições) individuais.....	143
8.3.4.	Investigações motu proprio (de iniciativa própria).....	144
8.4.	Capacidade internacional dos indivíduos. O <i>jus standi</i>	144
9.	O dever de adotar medidas internas e a natureza supraconstitucional do Direito Internacional dos Direitos Humanos	146
Capítulo 4 ► SISTEMA GLOBAL (OU UNIVERSAL) DE DIREITOS HUMANOS		149
1.	A ONU. A Carta da ONU de 1945	149
2.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.....	150
2.1.	Considerações preliminares	150
2.2.	Conteúdo da Declaração. Tipos de direitos abrangidos.....	153
2.3.	Natureza da Declaração: Tratado ou Resolução?	157
2.4.	Afinal, a Declaração possui força jurídica?.....	158
3.	A juridicização da declaração. Os dois pactos de 1966.....	159
4.	Declaração Internacional de Direitos (<i>International Bill of Rights</i>). O sistema geral da ONU	161
5.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	161
5.1.	Direitos reconhecidos	162
5.1.1.	Direito à vida e pena de morte.....	163
5.1.2.	Trabalho forçado.....	165
5.2.	Aplicação Imediata	165
5.3.	Suspensão das obrigações decorrentes do Pacto	166
5.4.	Monitoramento	166
6.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	168
6.1.	Direitos reconhecidos	169
6.2.	Aplicação progressiva. Natureza programática do Pacto?.....	171
6.3.	Monitoramento	172
6.4.	Protocolo Facultativo	173
7.	Outros instrumentos normativos.....	175
7.1.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial	176
7.2.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	179
7.3.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.....	181
7.4.	Convenção sobre os direitos da criança.....	188
7.5.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	192
7.6.	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas	195

7.7. Declaração de princípios de tolerância	196
7.8. Declaração do Milênio das Nações Unidas	197
7.9. Proteção Internacional dos Refugiados. Direito internacional dos direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados	199
7.10. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias	206
7.11. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado	208
8. A Corte Internacional de Justiça	210
9. O Tribunal Penal Internacional (TPI)	211
9.1. O que é o Tribunal Penal Internacional	211
9.2. Precedentes históricos. Nuremberg, Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda	212
9.3. Entrada em vigor do Estatuto do TPI.....	213
9.4. Adesão do Brasil ao Estatuto do TPI.....	214
9.5. Jurisdição sobre os indivíduos. Exclusão de jurisdição sobre menores de 18 anos	214
9.6. Complementaridade da Jurisdição do TPI	214
9.7. Crimes abrangidos pela jurisdição do TPI. Imprescritibilidade dos crimes .	216
9.8. Competência <i>ratione temporis</i>	221
9.9. A irrelevância da função oficial exercida pelo Réu	222
9.10. Penas previstas	222
9.11. Conflito com o Direito interno dos Estados.....	223
9.12. A situação do Brasil	223
9.13. O primeiro caso julgado pelo TPI.....	225
10. Os procedimentos especiais previstos nas Resoluções 1235 e 1503 do Conselho Econômico e Social	226
Capítulo 5 ► SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	229
1. A OEA. Carta da OEA de 1948	229
2. Declaração Americana dos Direitos e Deveres Humanos	229
3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (<i>Pacto de San José de Costa Rica</i>)	230
3.1. Direitos reconhecidos	231
3.1.1. Direito à vida e pena de morte.....	234
3.1.2. Direito à integridade pessoal	237
3.1.3. Trabalho forçado.....	238
3.1.4. Direito à liberdade pessoal.....	239
3.1.5. Garantias judiciais.....	240
3.2. Aplicação Imediata.....	241
3.3. Suspensão de garantias.....	242
3.4. Cláusula federal	242
3.5. Fiscalização (<i>meios da proteção</i>)	243
4. Protocolo de San Salvador	245
4.1. Direitos Reconhecidos.....	245
4.2. Aplicação progressiva	246

4.3. Meios de proteção.....	246
5. Outros Instrumentos Normativos.....	246
5.1. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.....	247
5.2. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher	248
5.3. Convenção Interamericana sobre desaparecimento forçado de pessoas...	251
5.4. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.....	252
5.5. Convenção dos direitos das pessoas idosas	253
6. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	255
6.1. Organização.....	255
6.2. Funções.....	256
6.3. Competência (petições individuais e comunicações interestatais).....	257
6.3.1. Requisitos de admissibilidade das petições e comunicações.....	260
6.3.2. Inadmissibilidade das petições e comunicações	262
6.4. O processo na Comissão	262
6.5. Medidas cautelares.....	264
6.6. Casos de solução amistosa.....	265
6.6.1. Caso José Pereira	265
6.6.2. Caso Meninos Emascarados do Maranhão	267
6.6.3. Caso Márcio Lapoente da Silveira	269
6.7. Casos sem solução amistosa que não foram submetidos à Corte. O caso Maria da Penha.....	270
7. Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	274
7.1. Composição.....	275
7.2. Ausência de impedimento pela nacionalidade. Direito a ter um juiz da própria nacionalidade participando do julgamento do caso.....	277
7.3. Quórum de deliberação.....	277
7.4. Competência da Corte	278
7.4.1. Competência contenciosa	278
7.4.2. Competência consultiva	278
7.4.3. Natureza facultativa da competência da Corte. Cláusula <i>ratione temporis</i>	280
7.5. Legitimidade para submeter casos à Corte. Participação obrigatória da Comissão. A questão da legitimidade dos indivíduos	282
7.6. Defensores Públicos Interamericanos.....	286
7.7. O processo na Corte	288
7.8. As medidas provisórias adotadas pela Corte	289
7.9. A decisão final.....	290
7.10. Cumprimento das decisões da Corte. Execução das indenizações compensatórias. Desnecessidade de homologação por Tribunal brasileiro	292
7.11. Casos julgados pela Corte envolvendo o Brasil.....	294
7.11.1. Caso Ximenes Lopes, sentença de 4 de julho de 2006	294
7.11.2. Caso Nogueira de Carvalho, sentença de 28 de novembro de 2006	296

7.11.3.	Caso Escher, sentença de 6 de julho de 2009	296
7.11.4.	Caso Garibaldi, sentença de 23 de setembro de 2009.....	296
7.11.5.	Caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia), Sentença de 24 de novembro de 2010	297
7.11.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.....	301
7.11.7.	Caso Cosme Rosa Genoveva ou Caso Favela Nova Brasília	305
7.11.8.	Caso Povo Indígena Xucuru.....	313
7.11.9.	Caso Vladimir Herzog e outros	317
7.11.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares.....	323
7.11.11.	Caso Barbosa de Souza e outros.....	326
7.11.12.	Caso Gabriel Sales Pimenta	328
7.12.	Precedentes temáticos da Corte	330
7.12.1.	Obrigações de adotar medidas de direito interno.....	330
7.12.2.	Controle de convencionalidade.....	331
7.12.3.	Interseccionalidade. Caso “Gonzales Lluy e outros vs. Equador”..	332
7.12.4.	Direito à vida	335
7.12.4.1.	O que significa concepção, para fins de proteção da convenção Americana de direitos humanos? Caso “Artavia Murillo e outros (Fertilização in Vitro) vs. Costa Rica”	335
7.12.4.2.	Pena de morte. Ampliação dos casos na legislação nacional. Opinião Consultiva n. 3.	338
7.12.5.	Direito à verdade.....	339
7.12.6.	Identidade de gênero e orientação sexual	340
7.12.6.1.	Opinião Consultiva n. 24.....	341
7.12.6.2.	Caso “Azul Rojas Marín e outra Vs. Perú”.	343
7.12.7.	Liberdade de expressão. Caso “Tristán Dono Vs. Panamá”.....	344
7.12.7.8.	Meio ambiente. Opinião Consultiva n. 23.....	346
7.12.9.	Asilo. Opinião Consultiva n. 25.....	348
7.12.10.	Índios. Direito às suas terras. Caso comunidade indígena Xákmok Kásek vs. Paraguai	350
8.	Leis de anistia e o dever dos estados de investigar, julgar e punir	353
8.1.	Considerações iniciais. Distinção entre anistia, graça e indulto.....	353
8.2.	Autoanistia e anistia bilateral.....	353
8.3.	A lei de anistia brasileira e a decisão do STF na ADPF 153.....	354
8.4.	O dever de investigar e a anistia na visão dos órgãos internacionais	356
8.5.	O que deve prevalecer: a decisão do STF ou a decisão da Corte Interamericana? A percepção de que os Tribunais nacionais não dão mais “a última palavra” em matéria de direitos humanos.....	360
Capítulo 6	▶ OUTROS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	363
1.	Sistema Europeu de Direitos Humanos	363
1.1.	Considerações iniciais. Sistema europeu, Conselho da Europa e União Europeia	363
1.2.	O Conselho da Europa	364

1.3.	A Comissão de Veneza	364
1.4.	A Convenção Europeia de Direitos Humanos	365
1.5.	Direitos sociais no sistema europeu. A Carta Social Europeia	366
1.6.	O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	368
1.7.	Precedentes temáticos do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	370
1.7.1.	Liberdade de expressão e negação do holocausto. Caso Udo Pastörs vs Alemanha	370
1.7.2.	Liberdade de expressão e apologia contra homossexuais. Caso Vedjeland vs Suécia.....	371
1.7.3.	Liberdade de expressão artística x Liberdade religiosa – Caso Wingrove vs Reino Unido, 1996	372
1.7.4.	Discriminação racial e liberdade de imprensa. Caso Jersild vs Dinamarca, 1994	374
1.7.5.	Pluralismo político e perseguição política. Caso Navalny vs Rússia	375
1.8.	Direitos Humanos na União Europeia	376
1.8.1.	Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia	377
1.8.2.	Pilar Europeu dos Direitos Sociais.....	378
1.8.3.	Precedente temático da Corte de Justiça da União Europeia. Direito ao esquecimento. Caso Google Spain vs AEPD e Mario Costeja González	380
2.	Sistema Africano de Direitos Humanos	381
2.1.	A União Africana e a antiga Organização da Unidade Africana	381
2.2.	A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	381
2.3.	A Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos	381
2.4.	O Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos.....	382
3.	Direitos humanos na Ásia	382
4.	Direitos humanos no Mercosul	383
4.1.	Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul.....	383
4.2.	Declaração Sociolaboral do Mercosul	384
4.3.	Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul	385
Capítulo 7 ► A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA E ALGUNS DIREITOS HUMANOS.....		389
1.	Direitos políticos.....	389
1.1.	Sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular	389
1.2.	Alistamento eleitoral e capacidade eleitoral ativa.....	391
1.3.	Condições de elegibilidade	392
1.4.	Inelegibilidades	392
1.5.	Cassação, perda e suspensão de direitos políticos	394
1.6.	Anterioridade da lei que alterar o processo eleitoral	395
2.	Direito à saúde	395
3.	Assistência social	399
3.1.	A garantia de um salário mínimo de benefício mensal.....	402
4.	Portadores de transtornos mentais.....	403

4.1. Considerações iniciais.....	403
4.2. Direitos reconhecidos	404
4.3. Responsabilidade do Estado com os portadores de transtornos mentais	405
4.4. Internação psiquiátrica da pessoa portadora de transtorno mental	405
4.5. Pesquisas científicas com pessoas portadoras de transtornos mentais.....	408
5. Portadores de deficiência	408
6. Igualdade racial.....	414
6.1. Considerações iniciais.....	414
6.2. Conceitos operacionais.....	415
6.3. Diretrizes da participação da população negra	417
6.4. Os direitos fundamentais da população negra	418
6.5. Sistema Nacional de Promoção de Igualdade Racial (SINAPIR)	420
6.6. Discriminação étnica, fiscalização e acesso à justiça.....	420
7. Programa Nacional de Direitos Humanos.....	421
7.1. Considerações iniciais.....	421
7.2. Eixos orientadores e diretrizes	422
7.3. Prazo de implementação das medidas do PNDH 3	426
7.4. Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH 3	426
8. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	427
9. O ministério Público e a defesa dos direitos humanos.....	432
10. A Defensoria Pública e a defesa dos direitos humanos.....	433
10.1. Missão constitucional da Defensoria Pública	433
10.2. Princípios institucionais da Defensoria Pública	436
10.3. Defensorias Públicas previstas na Constituição	436
10.4. Autonomia das Defensorias Públicas.....	437
10.5. Organização das Defensorias Públicas	438
10.6. Garantias dos Defensores Públicos	439
10.7. Defensores Públicos Interamericanos.....	440
10.8. Defensoria Pública e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	440
11. Comissão nacional da verdade.....	441
12. Proteção dos idosos.....	447
Palavras finais ► UM CONVITE MUITO ESPECIAL DO AUTOR.....	453